



O quê nos aguarda em 2016?

Benício Schmidt*

A gestão pública envolve mais do que princípios orientadores, sempre de natureza ideológica, geralmente vagos e genéricos, embora esclareçam os valores que orientam um governo, um partido, uma organização social. É o caso, por exemplo, do princípio “Combate à Pobreza”, tão destacado nos últimos anos como principal motivador da ação do Estado no Brasil.

Mas, evidentemente, é pouco e insuficiente material para realmente gerir um país. Métodos de operação, mais ou menos centralizadores, e hierarquização dos valores e metas a serem implementados são outras faces da operação cotidiana e sofrida de comando.

Curiosamente, este parece ser um problema contemporâneo, recente. Não é e nunca foi. Ainda em 1880, Karl Marx previa duas coisas importantes:

(1)- a Revolução Industrial nasceria na Espanha, pois ela tinha ouro e prata extraídos de suas colônias, principalmente nas Américas e tinha a experiência do comércio marítimo em larga escala. Era o fenômeno da “acumulação primitiva de capital”, que permitiria um novo ciclo de investimentos e novas formas de produção, como sempre tem ocorrido, desde o início da história da humanidade;

(2)- todavia, o grande empecilho à instalação desta revolução econômico-social na Espanha vinha das posições e valores assumidos por suas elites, incluindo-se um arraigado Catolicismo contra a usura e a frenética acumulação de riquezas materiais, lembrando que isto já estava marcado quando da cisão com Martinho Lutero (31 de outubro de 1517), quando de monge agostiniano se transforma em líder de “partido religioso” (o Luteranismo), contra Roma e alguns de seus dogmas.

Ou seja, as condições materiais estavam dadas; as condições subjetivas estavam ausentes. A Revolução Industrial então se deu na Inglaterra e não na Espanha. O que faltou a Espanha foi capacidade e modelo de gestão, diríamos hoje em dia. Não bastam fatores materiais, como vemos. A revolução industrial do século 19, em verdade, nasce do cisma político-religioso no século 16. Todo sistema de decisões é um processo social, lento, doloroso, custoso e quer análise de todas as condições presentes no ambiente.

Na América Latina vamos de mal a pior. Estudos da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) têm advertido que o ciclo econômico virtuoso das *commodities* foi ultrapassado. Diminui a demanda por matérias-primas, há mudanças tecnológicas massivas lideradas pelos países hegemônicos na ordem mundial, solidificam-se pactos comerciais que



beneficiam- entre outras coisas- os detentores de patentes e direitos autorais, principalmente. Coisas longe do alcance dos “países emergentes”.

Mesmo Colômbia, Peru e Chile, tomados como modelos exemplares na última década, dados um câmbio desvalorizado frente ao dólar e forte demanda pelas *commodities* exportáveis, vão sofrer os mesmos percalços do Brasil. Nossa taxa de desemprego deverá estar acima de 10% e o segundo pior país nesta projeção será a Colômbia, com 9 %. Pouca a diferença, a mesma desgraça. Haverá uma melhora da balança comercial brasileira, que já em 2015 melhora, por cauda do real desvalorizado e da queda de importações, especialmente bens de capital e insumos. O que, de certa forma, limita o crescimento da formação fixa de capital, atrasando nossa indústria, especialmente.

Nossa crise fiscal não é conjuntural, mas estrutural. Isso indica a necessidade de reformas profundas, especialmente no regime fiscal, aumentando a receita e controlando os gastos do Estado. O difícil será aumentar a taxa de investimentos, já baixa. Sobre isto, até os Keynesianos estão em grandes divergências mútuas, acusando-se de “populistas”, como foi a política econômica dos últimos anos. Sinal de crise forte, ao nível do pensamento estratégico.

Diante disto, o atual ministro da Fazenda, como o anterior, já anuncia que haverá CPMF, mudanças nas faixas de aposentadorias e desvinculação dos benefícios sociais frente ao salário mínimo. Ou seja, nada disto foi aprovado ainda pelo Congresso Nacional, o governo antecipa algo que não pode garantir como políticas públicas; além delas terem sérios efeitos sobre a massa dos trabalhadores.

Em contrapartida, há sugestões em outra direção, para possibilitar a recuperação fiscal do Estado brasileiro. O projeto de repatriação de capitais não-declarados no Exterior começa a tramitar. O único dos sete tributos federais previstos na Constituição, sem regulamentação até agora, é o *Imposto sobre Grandes Fortunas*. Uma alternativa, à esquerda, após um ajuste fiscal que começou pela retirada de direitos trabalhistas.

A proposta circula – hoje - pelo mundo todo, e foi reforçada pela obra de Thomas Piketty (*O Capital no Século XXI*, 2015). O Autor afirma que, dadas as características da acumulação capitalista, hoje mais assegurada por heranças e ganhos financeiros principalmente provenientes da dívida pública dos Estados, mais do que provenientes do trabalho real, não debater e propor impostos sobre a riqueza é loucura!

Há propostas no Brasil sobre o tema. Amir Khair, por exemplo, ex- Secretário de Finanças da prefeita Luiza Erundina em São Paulo, estima que a taxação de patrimônios com valores acima de um milhão de reais poderia render



cerca de 100 bilhões de reais ao Estado; acima, até, do ajuste fiscal proposto pelo governo em 2015.

A implementação deste tributo, também já proposto anteriormente por Fernando Henrique Cardoso, quando presidente, é de difícil concretização. Mas, se obtida sua aprovação seria necessária uma correção de rumos para sua correta utilização.

Nesta conjuntura, cabe aos trabalhadores e às suas associações representativas lutar por uma reforma fiscal que não puna o trabalho, regule o capital e exerça vigilância sobre a utilização dos recursos arrecadados.

Por último, cabe frisar a estratégia vocalizada por técnicos da CEPAL, recentemente. Passaram-se os anos de conforto da exportação de *commodities* na América Latina. Este tempo não voltará, muito em função de inovações tecnológicas que fogem à iniciativa da própria América Latina. Cabe, então, abandonar ambiciosos projetos de crescimento vertiginoso. Teremos um crescimento lento, se conseguirmos êxito. Para isto seria necessário orientar as políticas de gestão e inovação, fundamentalmente, para a industrialização dos produtos já exportáveis e favorecer a integração nas cadeias produtivas internacionais, ainda que de forma secundária. O nível de emprego melhoraria e o Estado teria folga para investimentos de infraestrutura e suporte a políticas sociais, como educação e saúde. Metas mais modestas do que as dos gloriosos anos passados, mas mais factíveis. Que venha 2016!

*colaborador do IAEUGT.